

# A ABORDAGEM DA HISTÓRIA COLONIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS, UMA ANÁLISE CRÍTICA



## ANDRÉA CONCEIÇÃO DE LIMA

Graduação em Pedagogia pela Universidade de Santo Amaro (2012); Graduada em História pela Faculdade Unicyv (2024); Professora de Educação Infantil - no Centro de Educação Infantil Jardim Três Corações.

## RESUMO

O ensino da história colonial é imprescindível no currículo escolar brasileiro para contribuir na construção do discurso histórico dos alunos, influenciando a sua compreensão do país em termos culturais e sociais. O estudo realizado mostrou que, embora haja um esforço recente para diversificar as narrativas e incluir perspectivas dos povos indígenas e africanos, ainda persistem limitações nos materiais didáticos e nas diretrizes curriculares que favorecem uma visão eurocêntrica do período colonial. Uma abordagem mais crítica e inclusiva desse período histórico nas escolas pode proporcionar aos alunos uma visão mais ampla e justa da diversidade e complexidade da formação do Brasil, promovendo o desenvolvimento de cidadãos mais conscientes e engajados. Este trabalho reforça, portanto, a importância de uma constante revisão do currículo e dos materiais de História, buscando um ensino que valorize todas as vozes e experiências históricas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Período Colonial; Sociedade; Currículos Escolares; Materiais Didáticos.

## INTRODUÇÃO

A história do colonialismo no Brasil é um período crucial para a compreensão da formação da sociedade brasileira, caracterizada por significativas mudanças sociais, econômicas e culturais.

Nas escolas, o ensino desse período é essencial para o desenvolvimento da identidade nacional e histórica dos alunos. Entretanto, a forma como a história colonial é apresentada nos currículos e materiais educativos dá frequentemente preferência a certas narrativas, ao mesmo tempo que exclui outros pontos de vista, como os dos povos indígenas e africanos, que foram cruciais

para a formação da sociedade colonial.

Segundo Santos (2010), a forma como a história é ensinada molda não apenas o entendimento do passado, mas também a visão de mundo dos estudantes. Para Bittencourt (2008), o ensino de história deve permitir que os estudantes compreendam o processo histórico como construção social, abrindo espaço para uma reflexão crítica sobre o passado.

Este estudo examina como a história colonial é abordada nos currículos escolares e materiais didáticos, enfatizando o valor de um ponto de vista inclusivo e crítico nos currículos escolares e materiais didáticos.

## **EDUCAÇÃO DECOLONIAL: O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE DISPUTA**

O currículo não é neutro, ele reflete as disputas de poder existentes na sociedade e, muitas vezes, reproduz desigualdades. Como afirmam Macedo e Santos (2013), descolonizar o currículo é reconhecer que ele foi construído com base em uma lógica que marginaliza culturas, saberes e epistemologias não europeias.

Uma abordagem decolonial exige que os educadores se perguntem constantemente: quem está sendo representado? Quem está sendo silenciado? Quais histórias estamos contando — e quais deixamos de contar?

A descolonização dos currículos escolares e das práticas, requerem que transgridamos a racionalidade moderna, para instituir um pensamento “pós-abissal”, tendo em vista a gestação da perspectiva de educação intercultural crítica, baseada na ecologia de saberes (CANDAUI, 2016).

Desse modo, é necessário que questionemos os conhecimentos considerados como válidos dos currículos escolares para estabelecermos um diálogo intercultural de maneira não hierarquizada com os saberes, que estão “do outro lado da linha”. Isso demanda, mudanças epistemológicas, políticas e culturais profundas no campo educacional, que superem “dicotomias entre o escolar e o não-escolar, o político e o cultural, o instituído e o instituinte, ainda presentes em vários currículos e práticas de formação de professores” (GOMES, 2008, p. 105).

## **ANÁLISE CRÍTICA DA ABORDAGEM DA HISTÓRIA COLONIAL NAS ESCOLAS BRASILEIRAS**

Não há como implementar uma mudança de paradigmas educacionais ou apontar como metas respeito à diversidade, medidas contra evasão escolar por discriminações, ou impor um ensino determinado por lei e pareceres ou decretos se o currículo permanecer estagnado ou a serviço dos interesses de alguns grupos privilegiados (OLIVEIRA; LIMA, 2015, p. 14).

O ensino de História no Brasil é guiado por diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação, que orientam o que deve ser abordado em cada etapa da educação básica. No que diz respeito à história colonial, o currículo busca cobrir aspectos que vão desde a chegada dos portugueses ao Brasil até a independência do país, enfatizando temas como a exploração econômica, a escravidão, e as relações entre colonizadores e povos indígenas.

No entanto, a maneira como esses temas são apresentados podem variar amplamente, dependendo dos materiais didáticos escolhidos pelas escolas e das interpretações dos professores. Embora as diretrizes curriculares incentivem uma abordagem crítica e reflexiva, muitas vezes os livros didáticos e as práticas pedagógicas acabam reproduzindo narrativas eurocêntricas, que destacam a perspectiva dos colonizadores em detrimento das vivências e resistências dos povos colonizados.

O currículo deve ser descolonizado, uma vez que é um território que está em constante disputa, ele diz respeito ao reconhecimento da diversidade do mundo, ao combate ao racismo e a ideias e pensamentos que não contemplem a heterogeneidade da sociedade.

A análise dos materiais didáticos utilizados nas escolas brasileiras é fundamental para entender como a história colonial é transmitida aos alunos. Os livros de História, que são frequentemente a principal fonte de informação para os estudantes, desempenham um papel crucial na formação de sua compreensão sobre o passado.

Em muitos casos, os materiais didáticos seguem uma linha narrativa tradicional, que apresenta a colonização como um processo inevitável e quase benigno. A resistência dos povos indígenas, por exemplo, é frequentemente subestimada, a escravidão africana pode ser tratada de maneira superficial, sem explorar as profundezas do sofrimento humano envolvido ou as complexas dinâmicas de resistência e sobrevivência.

Por outro lado, nas últimas décadas, tem havido um movimento crescente para a inclusão de narrativas alternativas que dão voz aos povos indígenas, africanos e outros grupos historicamente marginalizados. Esse esforço é visível em alguns dos novos livros didáticos que buscam contextualizar a colonização dentro de um quadro mais amplo de exploração, violência e resistência.

Gomes (2018) explica que o colonialismo fez parte do processo de construção da sociedade moderna e democrática, e a colonialidade, que é sua derivada, continua viva em textos didáticos, na cultura e em muitos aspectos da vida moderna.

## **AS CONSEQUÊNCIAS DAS NARRATIVAS COLONIAIS NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES**

A colonialidade é resultado de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que, mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem (Gomes, 2018, p. 251).

A forma como a história colonial é ensinada nas escolas tem profundas implicações para a formação dos estudantes. Uma narrativa que privilegia a perspectiva dos colonizadores pode perpetuar estereótipos e uma visão simplista das complexas relações de poder que marcaram o período colonial. Por outro lado, uma abordagem mais crítica e inclusiva pode ajudar os alunos a desenvolver uma compreensão mais profunda e crítica da história do Brasil, reconhecendo a importância das contribuições e resistências dos povos indígenas e africanos.

Além disso, o modo como a história colonial é ensinada pode influenciar a maneira como os

estudantes veem questões contemporâneas, como as desigualdades raciais e sociais que ainda permeiam a sociedade brasileira. Ao reconhecer as raízes históricas dessas desigualdades, os alunos podem se tornar mais conscientes e engajados em questões de justiça social, em autorreconhecimento e pertencimento de suas raízes.

O ensino da história colonial, quando restrito a uma visão eurocêntrica, silencia não apenas eventos, mas também memórias, corpos e identidades. Durante muito tempo, a escola foi um espaço que reforçou esse apagamento, ensinando uma história que exalta os colonizadores e transformando-os em heróis.

Esse silenciamento é uma forma de violência simbólica, que impacta a autoestima e a percepção de pertencimento de estudantes negros, indígenas e periféricos, recontar essa história em outras vozes é, portanto, um processo de cura coletiva e reconstrução identitária.

Como afirma Munanga (2005), “não se pode construir uma sociedade democrática e plural ignorando as contribuições dos povos que a constituem”. A escola deve ser um espaço de fala e escuta, onde as memórias de resistência devem ganhar lugar de valorização e reconhecimento. A inclusão obrigatória da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena nos currículos escolares, por meio das Leis 10.639/03 e 11.645/08, representou um avanço importante, no entanto, a aplicação dessas leis ainda enfrenta dificuldades na prática cotidiana das escolas. Em muitos casos, a temática é abordada apenas em datas comemorativas, sem aprofundamento crítico que possibilite um espaço de aprendizagens e reflexões que sejam significativos.

De acordo com Candau (2009), muitos educadores ainda tratam essas abordagens como conteúdos periféricos. A interculturalidade precisa ser vivida como prática cotidiana, isso significa que as narrativas dos povos africanos e indígenas devem ser integradas de forma transversal e crítica em todas as disciplinas.

A ecologia dos saberes constitui, assim, um componente fundamental para a educação intercultural. Convém destacar que, para tal, colocar-se do outro lado da linha abissal, visibilizar saberes até hoje negados pela sociedade em geral e, particularmente, pela escola, próprios dos grupos socioculturais invisibilizados e subalternizados, constitui uma tarefa prioritária, sem a qual não será possível uma ecologia de saberes, o que supõe confrontar a monocultura da ciência moderna. Exige reconhecer uma pluralidade de conhecimentos heterogêneos, um dos quais é a ciência moderna (CANDAU, 2016, p. 26).

## **PROPOSTAS PARA UM ENSINO DE HISTÓRIA COLONIAL MAIS INCLUSIVO**

Diante dos desafios identificados, é possível propor algumas estratégias para tornar o ensino da história colonial mais inclusivo e crítico.

Em primeiro lugar, é fundamental que os materiais didáticos apresentem uma multiplicidade de vozes e perspectivas, incluindo as narrativas dos povos indígenas, africanos e outros grupos que tiveram um papel crucial na formação da sociedade colonial.

Além disso, os professores devem ser encorajados e capacitados a adotar práticas pedagógicas que promovam o pensamento crítico e a reflexão sobre as diferentes versões da história. Isso pode incluir a utilização de fontes primárias, a discussão de historiografia crítica, e o incentivo à análise comparativa de diferentes narrativas históricas.

É importante que o currículo escolar seja continuamente revisado e atualizado para garantir que ele responda às necessidades de uma sociedade cada vez mais diversa e plural. A história colonial deve ser ensinada de maneira que reconheça as injustiças do passado, mas que também valorize as resistências e as contribuições dos grupos historicamente marginalizados.

Para tornar o ensino da história colonial mais inclusivo e significativo, é possível implementar diversas práticas pedagógicas, como leitura de autores negros e indígenas, oficinas de produção de narrativas históricas, análise crítica de imagens, uso de fontes diversas e parcerias com coletivos tradicionais são algumas das estratégias que promovem o protagonismo dos estudantes e a conexão entre o currículo e suas vivências.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma como a história colonial é ensinada nas escolas molda não apenas o conhecimento dos estudantes, mas também sua visão de mundo. Durante muito tempo, os livros didáticos contaram essa história sob a ótica dos colonizadores, deixando em segundo plano as vivências, lutas e resistências dos povos indígenas e africanos. Essa abordagem não apenas distorce os acontecimentos, mas também impede que as novas gerações compreendam a complexidade e as consequências desse passado.

Nos últimos anos, temos visto mudanças importantes, com a inclusão de narrativas mais diversas e críticas nos materiais didáticos. Essa transformação é fundamental para que os alunos possam enxergar a história de maneira mais justa, reconhecendo que a colonização não foi um processo pacífico ou inevitável, mas sim marcado por violências, imposições e inúmeras formas de resistência.

Ainda há muito a ser feito, professores precisam de formação e apoio para trabalhar com essas novas abordagens, e os livros didáticos devem continuar evoluindo para refletir melhor a realidade dos diferentes povos que fazem parte da história do Brasil. Quando os estudantes aprendem que a história não tem apenas um lado, eles se tornam mais críticos, mais empáticos e mais preparados para construir um futuro mais justo e consciente.

Mais do que ensinar fatos, o ensino de história deve despertar reflexões e dar voz a todos que fizeram e fazem parte desse processo. Afinal, compreender o passado de maneira ampla e verdadeira é um passo essencial para transformar o presente.

A escola precisa assumir seu papel como espaço de memória e de futuro, espaço onde se resgata o que foi apagado, se valoriza o que foi esquecido e se planta a semente de um mundo mais justo e humano.

Recontar a história do Brasil à luz das vozes silenciadas é um ato político, pedagógico e profundamente necessário. O ensino da história colonial não pode mais ser moldado por narrativas que naturalizam a violência e excluem sujeitos históricos. É urgente construir um currículo que abrace a diversidade, que reconheça os traumas do passado, mas que também celebre a força, a criatividade e a resistência dos povos colonizados.

## REFERÊNCIAS

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 21. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BITTENCOURT, Circe (org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 10. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MOREIRA, L. G. S., & Loureiro, M. J. G. (2010). **Livros didáticos brasileiros e as abordagens da história colonial: problemas e possibilidades na reflexão sobre a cidadania**. Revista Polyphonia / Solta a Voz.

Gomes, Nilma Lino. **O movimento negro descolonizando os currículos**. In: BERNARDINI-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (Orgs). **Descolonialidade e pensamento afro-diaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p.223-246.

KRUGER, Renata Belz. **Ensino de história e descolonização do currículo: considerações iniciais**. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v 22, n° 20, 31 de maio de 2022. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/22/20/ensino-de-historia-e-descolonizacao-do-curriculo-consideracoes-iniciais> – Acesso 21 abr. 2025.

CANDAU, Vera Maria (org.). **Educação intercultural: das intenções à ação**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **“Ideias-força” do pensamento de Boaventura Sousa Santos e educação intercultural.** In: Educação em Revista. Belo Horizonte. v.32. n.01. p. 15-34. janeiro-março 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MACEDO, Elizabeth; SANTOS, Edson. **Currículo e justiça social: políticas de identidade e diferença.** São Paulo: Cortez, 2013.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Currículo, conhecimento e cultura.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação e relações raciais: políticas públicas, desigualdades e antirracismo.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 5, UFSC, 2002.

MACEDO, Janine Couto Cruz; MACÊDO, Dinalva de Jesus Santana. **Educação, currículo e a descolonização do saber: desafios postos para as escolas.** Revista tempos e espaços em educação, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 11, n. 27, p. 301-312, out./dez. 2018.